

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A PRÁTICA APLICADA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

ACCESSIBILITY AND INCLUSION IN DISTANCE EDUCATION: THE PRACTICE APPLIED IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Juliano Raimundo Cavalcante – UNINORTE, Rio Branco, Acre.
Marília Bezerra de Santana Macedo – UNINORTE, Rio Branco, Acre.
Lucyana Oliveira de Melo Gomes – UNINORTE, Rio Branco, Acre.
Adrielle Ramalho do Sacramento – UNINORTE, Rio Branco, Acre.
Eder Ferreira de Arruda – UNINORTE, Rio Branco, Acre.
Leonardo Silva de Oliveira Bandeira – UNINORTE, Rio Branco, Acre.

<juliano.cavalcante@uninorteac.com.br>, <mariliamacedoac@gmail.com>,
<luucyana@hotmail.com>, <adrielle.sacramento@uninorteac.com.br>,
<ederarrud@gmail.com>, <leo13bandeira@gmail.com>

Resumo: Compartilha-se neste artigo a vivência prática de uma instituição de ensino superior privada, na promoção da acessibilidade e inclusão de estudantes especiais nos Cursos de Graduação a distância (EaD) mediante a busca de resposta à questão problematizadora: “Como identificar, acolher e garantir acompanhamento ao acadêmico com necessidade específica decorrente de deficiência, transtorno do desenvolvimento e/ou transtorno de aprendizagem, nos Cursos de EaD, considerando que nem todos fazem matrícula declarada?”. Tem-se como objetivo socializar a prática aplicada no cotidiano institucional adotando como procedimento metodológico a pesquisa documental integrativa por meio de registros institucionais, com uso autorizado.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; EaD.

Abstract: This article shares the practical experience of a private higher education institution, promoting accessibility and inclusion of special students in Distance Undergraduate Courses (EAD) through the search for an answer to the problematizing question: “How to identify, welcome and guarantee support for students with specific needs resulting from disabilities, developmental disorders and/or learning disorders, in distance learning courses, considering that not everyone registers declared?” The objective is to socialize the practice applied in institutional daily life by adopting integrative documentary research as a methodological procedure through institutional records, with authorized use.

Keywords: accessibility; inclusion; EaD

1 Introdução

Marcado por uma história de isolamento geográfico em relação às demais regiões do país, o Estado do Acre tem no Centro Universitário Uninorte, credenciado pela Portaria nº 975, de 19 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 182, de 20 de setembro de 2018, mantido pela União Educacional do Norte – UNINORTE, a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) nesta categoria, dotada de amplo portfólio de Cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

Reconhecida pela sociedade acreana como uma IES privada com relevante contribuição social não apenas no campo da Educação, mas também por sua capacidade de oferta gratuita de serviços e atendimentos à comunidade acadêmica e, em geral, por meio das atividades práticas de ensino e aprendizagem realizadas nas Clínicas Escolas (Enfermagem, Fonoaudiologia, Psicologia, Odontologia, Fisioterapia), Ambulatórios Integrados de Ensino e Pesquisa na área da Saúde (com atendimentos em diversificadas especialidades médicas), Núcleo de Práticas

Jurídicas-NPJ, bem como Laboratórios de Ensino, teve-se a necessidade da expansão da oferta de Cursos de Graduação na modalidade a distância(EaD).

A ampliação da oferta de EaD, a partir do ano de 2018, trouxe no campo da Gestão Acadêmica, a necessidade do fortalecimento da Política de Apoio ao Discente, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, considerando o ingresso de alunos portadores de necessidades especiais aos quais deve ser assegurado o direito de acessibilidade plena ao Ensino Superior. A realidade vivenciada chamou a atenção da IES em razão de que muitos deles passavam a ser identificados já com o semestre letivo em andamento, por meio da interlocução com os docentes.

A situação da realidade acima relatada tirava da Coordenação de Curso a possibilidade da garantia de um atendimento qualificado ao acadêmico especial, considerando a ausência da matrícula declarada, aqui, compreendida como o ato em que o acadêmico apresenta documentação comprobatória da necessidade de atendimento especial mediante laudos médicos, psicológicos e/ou outros, possibilitando, assim, à IES a tomada das providências cabíveis à garantia do acesso, permanência e condições de continuidade do processo de estudo.

Diante da questão problematizadora: *“Como identificar, acolher e garantir acompanhamento ao acadêmico com necessidade específica decorrente de deficiência, transtorno do desenvolvimento e/ou transtorno de aprendizagem, nos Cursos de EaD, considerando que nem todos fazem matrícula declarada?”*, o objetivo do estudo aqui apresentado é socializar a prática aplicada no cotidiano institucional de uma IES privada, adotando como procedimento metodológico a pesquisa documental por meio de registros institucionais, com uso autorizado.

2 Procedimentos Metodológicos

O desenho metodológico da pesquisa considerou a experiência prática da IES, no desenvolvimento das ações de acessibilidade e inclusão na EaD atentando às dimensões estruturais que envolvem pessoas, componentes pedagógicos e de infraestrutura requeridas pela EaD.

A pesquisa se deu a partir da consulta a documentos institucionais, disponibilizados pelo Núcleo de Regulação, Núcleo de Educação a Distância (NEAD), Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Registros de Atas do Comitê Acadêmico, Registros da Sala de Apoio à Acessibilidade e Inclusão, Registros do Centro Integrado de Atendimento (CIA), mediante autorização de instâncias superiores da IES.

Estabeleceu-se como período de consulta o espaço decorrido entre os anos de 2020 a 2024, correspondente a 8 semestres letivos, tendo dentre os documentos pesquisados o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, Projeto Pedagógico de Cursos (PPCs) - (Bacharelados, Licenciaturas, Cursos Superiores de Tecnologia – CSTs), Regulamentos do CAP, NEAD, NAP, Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, Programa de Formação e Desenvolvimento Docente, Manual de Operacionalização da EaD, Relatórios de Execução das Ações da Equipe Multidisciplinar, Relatório de Ações Pedagógicas de Acessibilidade e Inclusão.

A sistematização dos pontos explorados em cada documento priorizou componentes da EaD nas suas diferentes dimensões, dando condições de visualização do progresso quanto ao atendimento ao acadêmico especial, o que só foi possível mediante a gestão de compartilhamento dos diferentes materiais consultados, o que reforça o pensamento de Vieira & Moraes & Rossato (2017) de que a organização da gestão institucional se constitui num pressuposto sistêmico à realização objetiva e de qualidade da EaD.

3 A acessibilidade e inclusão no Ensino Superior: a prática aplicada

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, por meio do planejamento e organização de

recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (INEP/MEC, 2013).

Os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior em atendimento ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) propostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, defendem que a acessibilidade plena ao Ensino Superior é compreendida como o direito concedido ao público-alvo da Educação Especial concernente às condições de igualdade no que se refere ao acesso, permanência e continuidade do percurso formativo, mediante o trabalho institucional da eliminação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, pedagógicas e digitais. (INEP/MEC, 2013).

Na realidade do Centro Universitário Uninorte, as ações de acessibilidade e inclusão previstas no PDI vigente estão descritas no Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, o qual tem como objetivo institucionalizar a Política de Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades com vistas à eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e informação, nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

A execução das ações de acessibilidade e inclusão conta com a articulação e mobilização de setores e órgãos de apoio à Gestão Acadêmica, a exemplo da Secretaria Acadêmica, do Centro Integrado de Atendimento (CIA), Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Centro de Apoio aos Portais (CEAP), Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e Equipe Multidisciplinar.

Conta-se, também, com a Sala de Apoio à Acessibilidade e Inclusão, Coordenações de Cursos, docentes, Monitores da Educação Inclusiva, bem como com espaços de prática de ensino aprendizagem a exemplo das Clínicas Escolas e Ambulatórios Integrados de Ensino e Pesquisa em Saúde, pois, a depender da natureza da necessidade especial do acadêmico, pode-se contar com o apoio destes espaços institucionais de atendimento tanto à comunidade interna quanto à sociedade, em geral.

Com participação no acolhimento e gestão da vida acadêmica dos estudantes da EaD em apoio às Coordenações de Cursos, o NEAD do ponto de vista operacional acompanha o funcionamento do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) fazendo o cadastro de disciplinas, o cadastro de turmas, recebendo e cadastrando Unidades de Aprendizagem e outros materiais didáticos disponibilizados pelos professores, liberando web-aulas, acompanhando turmas e disciplinas.

Outra importante contribuição do NEAD ao processo formativo diz respeito à organização e participação na aplicação das Avaliações (AV1, AV2, 2^{as} chamadas, AV3 – Exame) requerendo diferentes cuidados, dentre eles, a logística em sua totalidade, que conta com a preparação dos Laboratórios de Informática, uma vez que as avaliações na EaD ocorrem, obrigatoriamente, de modo presencial, verificação prévia da rede de TI, escala de aplicadores – docentes e técnicos, cumprimento de cronogramas de aplicação, anteriormente preparados pelas Coordenações de Cursos e operação da ferramenta Prova Fácil.

Nesse movimento, experimentam-se duas realidades em relação aos acadêmicos portadores de necessidades especiais: uma, daqueles que fazem matrícula declarada oportunizando à IES a tomada de decisão antecipada com relação aos apoios devidos, outra, daqueles que são identificados durante as aulas, em contato com o docente, mais diretamente, com a Coordenação do Curso ou com o NEAD, no acompanhamento aos progressos de utilização do ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Nas duas situações, reconhece-se a importância da garantia de acessibilidade e inclusão, por meio da permanência do acadêmico, trazendo às equipes a responsabilidade de mobilizar e articular os diferentes órgãos de apoio à gestão acadêmica. Nasce, nesse contexto, o desenho de um fluxo de

atendimento aos acadêmicos com necessidades especiais, conforme descrito abaixo:

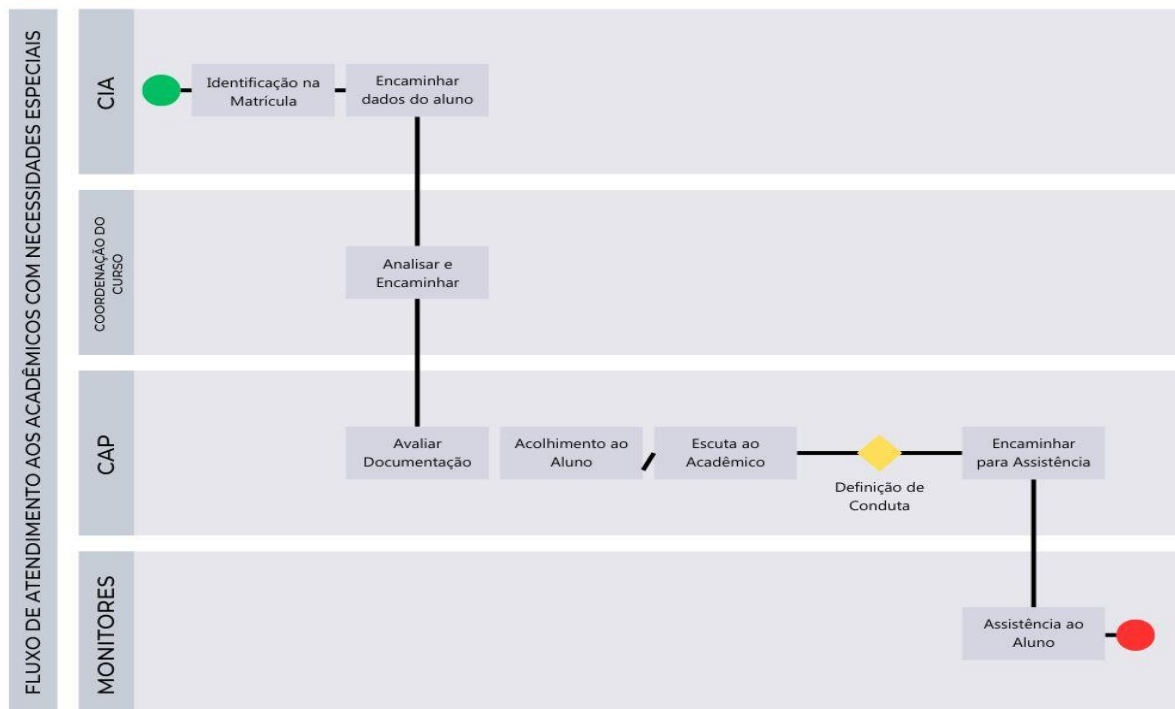


Figura 1. Fluxo definido pela Portaria Nº 016, de 15 de setembro de 2023.

Por meio da Portaria institucional da Pró-Reitoria Acadêmica Nº 016, de 15 de setembro de 2023, ficou estabelecido que o Fluxo de Atendimento a Acadêmicos com Necessidades Específicas decorrentes de deficiência, transtornos do desenvolvimento e/ou transtornos de aprendizagem, obedecerá às seguintes etapas:

- I. Entrada de requerimento, pelo acadêmico, via Centro Integrado de Atendimento – CIA, especificando o apoio institucional necessário, mediante documentos comprobatórios que ficarão em anexo;
- II. O CIA encaminha o requerimento e documentos comprobatórios à Coordenação de Curso para ciência e providências de encaminhamento ao Centro de Apoio Psicopedagógico – CAP, visando à definição das condutas de atendimento ao acadêmico;
- III. O CAP faz a análise documental e acolhimento ao acadêmico, podendo haver a escuta qualificada para identificação das reais necessidades de apoio ao acadêmico, devendo-se, necessariamente, contar com o olhar psicopedagógico;
- IV. Orientada a conduta pelo CAP, em conjunto com o NAP e a Coordenação de Curso, passa-se a ter o envolvimento dos Monitores pela Sala de Acessibilidade, os quais, vinculados ao CAP, contarão com orientações ao acompanhamento pedagógico pelo NAP.

O fluxo acima descrito teve espaço de construção coletiva com avaliação e validação pelo Comitê Acadêmico, espaço colegiado do qual participam a Pró-Reitoria Acadêmica, Núcleo de Regulação, representação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, CAP, NAP, NEAD, Secretaria Acadêmica, Coordenações de Cursos, Centro Integrado de Ensino e Pesquisa com Animais (CIEPA).

A execução do referido fluxo tem auxiliado a organização do processo de trabalho em atendimento ao acadêmico com necessidade especial, deixando claro o papel de cada setor envolvido, gerando evidências documentais quanto à progressão dos atendimentos e, o principal, tem garantido espaço de escuta qualificada ao acadêmico de modo a possibilitar a identificação de suas reais

necessidades.

4 Resultados e Discussão

Garantir a acessibilidade e a inclusão de acadêmicos com necessidades especiais no Ensino Superior passa pela tomada de decisão quanto a diferentes naturezas de investimentos com vistas à eliminação de barreiras, destacando-se na EaD barreiras de comunicação, pedagógica, atitudinal e digital.

A experiência da IES no período estudado (2020-2024) demonstrou que houve crescente ingresso de acadêmicos com necessidades especiais, nos cursos de bacharelado, licenciaturas e CSTs na modalidade EaD.

No mesmo período ficou demonstrado, também, que, para além da disponibilização de tecnologias assistivas de ordem mecânica, ferramentas adaptadas ou mesmo *softwares*, programas de computadores, aplicativos de desenvolvimento às atividades de ensino aprendizagem, sentia-se falta de um caminho que garantisse clareza ao lado humano da gestão do processo, ou seja, a definição de um fluxo com etapas claras quanto ao acolhimento e encaminhamentos devidos de suporte ao acadêmico, em busca de melhores condições à sua permanência.

A definição deste caminho resultou em maior aproximação ao acadêmico uma vez que, a partir da identificação de uma necessidade especial, foi-lhe dada a possibilidade de atendimento pelo Centro de Apoio Psicopedagógico, o CAP, serviço mantido gratuitamente pela IES, garantindo encaminhamento às demandas, individualmente apresentadas.

Na análise da demanda apresentada, pode haver pelo CAP a escuta qualificada, inicialmente, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. A escuta qualificada busca compreender o acadêmico em sua necessidade e organizar processos personalizados de intervenções, através da ressignificação das interações do acadêmico com os seus grupos, com a família e com a Instituição de Ensino. (CAP, 2023).

Permite, assim, a orientação de condutas particularizadas às necessidades do acadêmico, compreendendo a escuta, segundo CECCIM, 1997, p. 31, como:

“...escuta provém da Psicanálise, representa a apreensão e compreensão de expectativas e sentidos, ouvindo por meio das palavras as lacunas do que é dito e os silêncios, ouvindo expressões e gestos, condutas e posturas. A escuta não se limita ao campo da fala ou do falado, [mais do que isso] busca perscrutar os mundos interpessoais que constituem nossa subjetividade para cartografar o movimento das forças de vida que engendram nossa singularidade”.

CECCIM, 1997, p.31. In: FONTES, Rejane de S., 2005.

Dos diagnósticos identificados por meio de laudos, documentos médicos, psicológicos e outros disponibilizados à IES no período estudado, de 2020 a 2024, destaca-se:

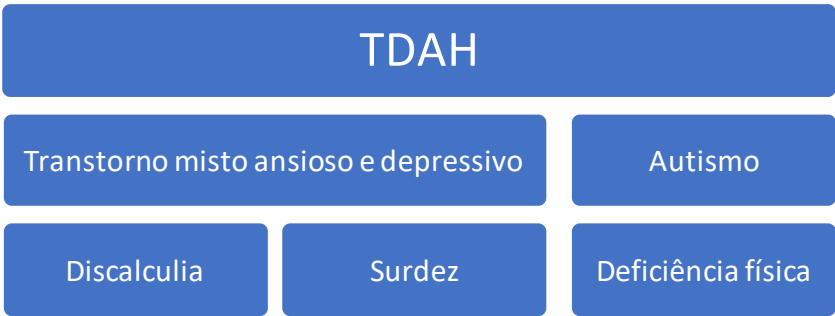


Figura 2: Autores. Diagnósticos identificados em maior número.

Em maior número tem-se o diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), em alguns casos, acompanhado de transtorno misto ansioso e depressivo, seguido do Transtorno do Espectro Autista, surdez, discalculia e deficiência física.

Da escuta qualificada pelo CAP, oportunizando ao acadêmico expressar as suas reais necessidades, destacam-se como acessibilidades prioritárias a serem garantidas pela IES na EaD, as demonstradas, graficamente, abaixo:

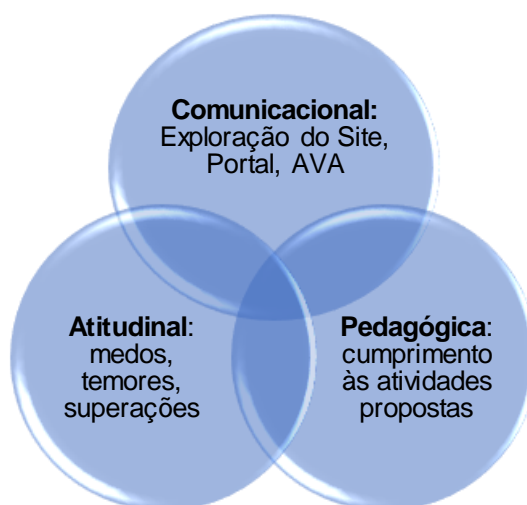


Figura 3. Autores. Acessibilidades Prioritárias identificadas/EaD.

No campo da acessibilidade comunicacional, compreendida, segundo o INEP (2013), como a eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital), destacou-se, inicialmente, a dificuldade expressa pelo acadêmico especial ingressante EaD, o acesso ao Portal do Aluno pelo site institucional.

Embora sendo garantido atendimento pelo Centro de Apoio ao Portal (CEAP), o acadêmico ingressante não detém, ainda, esse conhecimento, tendo sido de fundamental importância a participação da Coordenação de Curso, na articulação da rede de apoio, contando, para além do docente, com o NEAD e a Monitoria disponibilizada pela Sala de Apoio à Acessibilidade e Inclusão.

Uma vez apresentado ao acadêmico o profissional que atua na Monitoria Especializada, inicia-se a criação de um vínculo que possibilita acompanhamento durante a evolução do processo de estudo, a exemplo da exploração do ambiente virtual de aprendizagem – AVA, disponibilizado para a realização das atividades de cada disciplina.

A experiência mostra que muitos acadêmicos especiais EaD apresentam habilidades na utilização das ferramentas tecnológicas, porém a indefinição de uma rotina de acompanhamento ao processo de ensino aprendizagem, a liberdade expressa pela flexibilidade quanto ao tempo de estudo, a organização de horários, a eleição de prioridades, acabam sendo fatores dificultadores à evolução do ensino, o que exigiu da IES a necessidade de buscar apoio familiar em algumas situações, visando à melhor comunicação e maior possibilidade de acompanhamento ao acadêmico.

Nesse movimento ficou evidenciado que o auxílio da Monitoria ao acadêmico especial EaD na organização de uma rotina de estudos, com atendimento em intervalo de tempo e dias da semana previamente definidos, fortaleceu o vínculo inicialmente contruído entre ambos, bem como permitiu apoio complementar à ação docente no monitoramento e avaliação dos progressos obtidos no ensino aprendizagem.

No campo da acessibilidade pedagógica, compreendida como a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, tem-se relação direta com a concepção subjacente à atuação

docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional, é que irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. (INEP/MEC, 2013).

Na EaD o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem não se mostra como desafiador apenas ao estudante, mas também ao docente. Lidar com diferentes possibilidades de interação por meio de web-aulas, fóruns de discussão, chat, atividades síncronas e assíncronas, em muitos momentos, requer disposição de abertura a novos aprendizados, bem como novas maneiras de ensinar e de aprender.

O conhecimento técnico, científico, anteriormente de domínio prioritário do docente, hoje, à luz das mídias e tecnologias digitais, tem o seu acesso ampliado a informações e construção de saberes, pela série de atividades disponíveis ao estudante, em diferentes tempos e abordagens permitindo a construção crescente de sua autonomia enquanto sujeito e protagonista de sua aprendizagem.

Na realidade institucional tem-se vivenciado um trabalho gradativo e sequencial com vistas à remoção de barreiras pedagógicas na promoção da Educação Inclusiva, iniciando-se pelo investimento no Programa Institucional de Formação e Desenvolvimento Docente, executado por meio de Jornadas Pedagógicas ocorridas a cada início de semestre, com a promoção de espaços de discussão, troca e construção de saberes envolvendo o coletivo de Coordenações de Cursos e Professores, em temáticas diversificadas, entre as quais a inclusão e a acessibilidade na Educação Superior.

A vivência mostra que os espaços de sensibilização à promoção da Educação Inclusiva são fundamentais na busca pelo comprometimento e participação da comunidade acadêmica nas diferentes ações envolvidas, pois, para além da execução de componentes curriculares, disciplinas, dos currículos propostos, tem-se a responsabilidade com a garantia de suporte humano ao acadêmico especial EaD. E, nesse sentido, a Monitoria Especializada faz total diferença, qualificando ações e processos evolutivos de construção do conhecimento pelo acadêmico.

No campo das barreiras atitudinais, segundo o INEP/MEC (2013) compreende-se a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Enquanto IES privada, faz-se todo um investimento no desenho e implementação de Políticas de Atendimento ao Discente que contemplem a Educação Inclusiva com ações claras, exequíveis e com ampla participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Buscar a remoção de barreiras atitudinais na promoção da Educação Inclusiva passa pela sensibilidade e disposição de comprometimento de cada ator do processo educativo. Na experiência da IES aqui relatada, chamou a atenção o fator empatia nas relações acadêmico x docente, acadêmico x acadêmico, acadêmico x monitor da Educação Inclusiva, por quê?

Porque nem todos compreendem a necessidade de atenção diferenciada a um acadêmico especial. Há aqueles que querem acesso a contatos fora do AVA, a exemplo de whatsapp, celulares, *e-mails* e não são todos que aceitam a disponibilização desses recursos, sendo comum identificar a resistência em dispor contatos pessoais por todas as partes envolvidas.

No caso do atendimento a acadêmico com surdez, por exemplo, a participação do Monitor da Educação Inclusiva, Tradutor e Intérprete de Libras, a Linguagem Brasileira de Sinais, mostrou-se como fator determinante à identificação de outras formas de comunicação, para além daquela realizada durante as aulas em salas virtuais. Registros indicam que a comunicação via whatsapp e *e-mail* auxiliou na permanência e progresso na formação, aproximando e fortalecendo o vínculo entre acadêmico e Monitor/Tradutor e Intérprete de Libras.

O acolhimento e disponibilidade de tempo pela Sala de Apoio à Acessibilidade e Inclusão dedicados ao atendimento a acadêmicos especiais EaD destacam-se como relevante investimento no campo da Gestão Acadêmica, pois na fase da produção de trabalhos acadêmicos mais

complexos, a exemplo da elaboração de relatórios de estágios/aulas práticas, projetos de pesquisa, construção do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, e/ou outras produções, a participação e orientação pelas Monitorias Especializadas estreitaram os diálogos falcitando a comunicação entre as orientações recebidas dos professores e o cumprimento das mesmas pelo acadêmico.

Das ações de acessibilidade e inclusão na EaD realizadas pela IES, considera-se como principal indicador de sucesso dos trabalhos o número de acadêmicos especiais, com diferentes diagnósticos, já graduados, mediante o cumprimento de todas as exigências requeridas pelo Ensino Superior e com inserção no mercado de trabalho na área de formação.

Considera-se que os resultados alcançados e expressos, têm permitido a ampliação do número de ingressantes especiais e, não apenas na modalidade EaD, mas também na modalidade de ensino presencial, muitas vezes reconhecidos, tanto pelo acadêmico quanto pelas famílias, a exemplo de depoimentos registrados no *site* institucional pelo Departamento de Comunicação (DECOM, 2024).

5 Considerações Finais

Num contexto em que, segundo Ehlers & Cuque (2023), o ensino superior do futuro deve ser orientado para o ensino de habilidades do futuro, compreendidas como competências que permitem aos indivíduos resolver problemas complexos em contextos de ação altamente emergentes de forma auto-organizada, e os capacitam a agir (com sucesso), a sensibilidade das Instituições de Ensino Superior em promover Educação Inclusiva com responsabilidade representa, sem dúvida, uma contribuição social de inestimado valor.

Promover Educação Inclusiva mais que cumprimento a um requisito legal na Educação Superior, representou, na experiência aqui relatada, o compromisso e a responsabilidade social em reconhecer que uma pessoa especial, independentemente do diagnóstico apresentado merece espaço de inserção e garantia de condições necessárias à continuidade de sua trajetória estudantil, visando à construção e alcance de uma identidade profissional.

Enquanto IES, a proposição dos caminhos percorridos com vistas à acessibilidade e inclusão enquadra-se no conjunto de suas responsabilidades enquanto detentora de qualificado quadro de pessoas, dentro das diferentes áreas profissionais.

Teve-se, portanto, no desenho e execução do fluxo de atendimento a acadêmicos com necessidades específicas decorrentes de deficiência, transtorno do desenvolvimento e/ou transtorno de aprendizagem, a singular vivência de uma prática institucional possível e necessária à organização dos trabalhos no âmbito da Gestão Acadêmica.

O registro do processo de trabalho permite a geração de evidências documentais na forma de relatórios, atas, ajuda memória, portfólios, de fundamental importância no acompanhamento à gradativa evolução do atendimento ao acadêmico especial.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância**. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *In Loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. 2016.

CECCIM, Ricardo Burg, CARVALHO, Paulo R. Antonacci, (orgs.) (1997). Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS. In: FONTES, Rejane de S. **A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital.** Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação, Nº 29, Ago 2005. Acesso, out, 2024.

COSTA, Jarrilson da Silva Alves (Tradutor). Escolhendo e Utilizando Mídias na Educação: O Modelo Sections. In: BATES, Tony. **Educar na Era Digital [livro eletrônico]** : design, ensino e aprendizagem / A. W. (Tony) Bates ; [tradução João Mattar]. -- 1. ed. -- São Paulo : Artesanato Educacional, 2017.

DILLENBURG, Andreia Inês. Estratégias de aprendizagem e permanência no ensino superior. In: **Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade.** PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira [et al.]. organizadoras. 1. Ed. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2015.

EHLERS, Ulf-Daniel. Tradução: CUQUE, Lúcia Maria. Habilidades para o Futuro como Nova Moeda para o Mundo de Amanhã. In: **Educação Digital, Aberta e a Distância: uma Visão Internacional.** Organização: OLAF, Zawacki-Richter. INSUNG, Jung. Tradução: MATTAR, João. São Paulo. Artesanato Educacional, 2023.

UNINORTE, Centro Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2019/2023).** Núcleo de Regulação, 2019.

UNINORTE, Centro Universitário. **Regulamento CAP**, 2023.

UNINORTE, Centro Universitário. Departamento de Comunicação. DECOM. Fonte: <https://blog.uninorteac.edu.br/blog-uninorte/egresso-com-autismo-tdha-e-tag-e-aprovado-em-tres-concursos-publicos>. Acesso, outubro/2024.

UNINORTE, Centro Universitário. **Regulamento Equipe Multidisciplinar**, 2019.

UNINORTE, Centro Universitário. **Regulamento NAP**. 2016.

UNINORTE, Centro Universitário. **Regulamento NEAD**, 2019.

UNINORTE. Centro Universitário Uninorte, Pró-reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico. **Relatório de Ações Pedagógicas Institucionais de Acessibilidade e Inclusão** / Centro Universitário Uninorte, Pró-reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico. Rio Branco: Uninorte, 2019-2022. 103f; 29cm. Mantenedora: União Educacional do Norte.

UNINORTE. Centro Universitário Uninorte, Pró-reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico. **Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão** / Centro Universitário Uninorte, Pró-Reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico – 1. ed. - Rio Branco: Uninorte, 2019. 18f; 29cm. Mantenedora: União Educacional do Norte.

UNINORTE. Centro Universitário Uninorte, Pró-reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico. **Programa Permanente de Formação e Desenvolvimento Docente** / Centro Universitário Uninorte, Pró-reitoria Acadêmica, Núcleo de Apoio Pedagógico – 2. ed. revista e atualizada - Rio Branco: Uninorte, 2021. 32f; 29cm. Mantenedora: União Educacional do Norte.

UNINORTE, Centro Universitário. Pró-Reitoria Acadêmica. **Portaria Nº 016, de 15 de setembro de 2023:** Estabelece o Fluxo de Atendimento a Acadêmico com Necessidade Específica decorrente de deficiência, transtorno do desenvolvimento e/ou transtorno de aprendizagem.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. MORAES, Marialice. ROSSATO, Jaqueline. Dialética da Tutoria: Conhecimento a Distância, Gestão e Compartilhamento em Rede. In: **Revista Brasileira de**

Aprendizagem Aberta e a Distância. RBAAD (Endereço eletrônico: <http://seer.abed.net.br>) .ABED. Volume 16, 2017. Acesso: out, 2024.